

A pauta do plenário da Câmara e do Senado ainda não foi disponibilizada.

COMISSÕES

Comissão de Meio Ambiente

No dia 22/3 haverá a Audiência Pública Interativa referente ao Dia Mundial da Água para debater a Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado naquele mesmo dia. Foram convidados os seguintes representantes: da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Oceana, da Organização de Conservação da Terra (OCT), do Projeto Produção de Água do Píripau/DF e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA, Sra. Patrícia Boson, Especialista em Recursos Hídricos.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O Projeto de Lei nº 3.713/2019 altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas, define crimes e dá outras providências, de autoria do Senador Major Olímpio e relatoria do Senador Alessandro Vieira.

Comissão de Segurança Pública

O Projeto de Lei nº 3.283/2021 altera as penas e tipifica como atos terroristas as condutas praticadas em nome ou em favor de grupos criminosos organizados, de autoria do Senador Styvenson Valentim. O relatório foi favorável ao projeto, com quatro emendas apresentadas. A matéria seguirá posteriormente à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Comissões Permanentes da Câmara elegem seus Presidentes

As Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados elegeram no dia 15/3 os seus Presidentes, com mandato de um ano. Apenas as Comissões de Administração e Serviço Público, de Defesa do Consumidor, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Desenvolvimento Urbano ainda não elegeram seus Presidentes e devem marcar nova data para as reuniões. Destacamos os nomes dos seguintes Presidentes que já foram eleitos: Rui Falcão para Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Airton Faleiro para Comissão de Trabalho; José Priante para Comissão de Meio Ambiente; Lêda Borges para Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Zé Silva para Comissão de Legislação Participativa; Célia Xakriabá para Comissão da Amazônia e Luizianne Lins para Comissão de Direitos Humanos.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Deputada Célia vai presidir Comissão da Amazônia e dos Povos Originários

A Deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG) foi eleita, no dia 15/3, presidente da Comissão da Amazônia e Povos Originários na Câmara dos Deputados. Ela é a primeira indígena a assumir a presidência de uma comissão no Congresso. "Não serei somente uma pessoa indígena a presidir a comissão, serão 900 mil cocares que assumem a comissão comigo", disse a deputada. "Assumir o protagonismo da luta não é assumir a voz de uma parlamentar indígena, mas é assumir as vozes do território", reforçou. Ela pontuou que os temas tratados no colegiado são "questões humanitárias".

Novo presidente da Comissão de Meio Ambiente já defendeu garimpeiros

O Deputado José Priante, indicado pelo MDB para ocupar a presidência da comissão de Meio Ambiente, defendeu garimpeiros no Palácio do Planalto. Em 2022, Priante esteve no Palácio para uma reunião com o então ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. No encontro, pediu o fim da destruição de equipamentos de garimpeiros em ações policiais.

Vacinas contra COVID-19 de Yanomamis foram desviadas por garimpeiros em troca de ouro

No auge da pandemia, em abril de 2021, garimpeiros invadiram a Terra Indígena, em Roraima, e subornaram servidores do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (DSEI-Y) para obter as vacinas destinadas a eles. A denúncia é da Hutukara – Associação Yanomami e foi enviada ao Secretário Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, e ao Ministério Público Federal. Naquele momento, as vacinas ainda eram consideradas preciosas. O país não dispunha de doses abundantes para vacinação em massa, e as picadas eram reservadas para grupos de risco. O Brasil vivia uma segunda onda da pandemia e registrava as maiores médias diárias de mortes do período pandêmico.

Indígenas cobram de Lula hospital Yanomami e dizem ser contra hidrelétrica

O Presidente Lula (PT) e uma comitiva de ministros foram à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, no dia 13/3, para participar da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas. O Presidente ouviu os discursos das lideranças. Entre os pontos levantados estão a necessidade de montagem de um hospital de campanha na região de

Surucucu, a necessidade de borrifação contra a malária e a urgência em se alcançar comunidades onde crianças seguem com desnutrição grave. Os indígenas querem uma ação do Governo Federal contra a iminência de invasão de territórios por fazendeiros, especialmente interessados em plantação de soja. Além disso, afirmam que não aceitam a construção da usina hidrelétrica Bem Querer, no rio Branco, um dos principais rios que cortam o estado.

Proposta de Emenda à Constituição sobre diversidade linguística

A Deputada Federal Juliana Cardoso (PT/SP) e o deputado Fernando Mineiro (PT-RN) estão colhendo apoios entre os parlamentares da Câmara Federal para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reconhece oficialmente a diversidade linguística das comunidades indígenas do Brasil. A Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) têm ressaltado, ao longo dos anos, a importância do estudo, resgate, preservação e manutenção das línguas indígenas. A proposição ainda aponta que apenas com a manutenção do conhecimento ancestral e milenar guardado nessas línguas será possível preservar o meio ambiente e o futuro do planeta.

Adolescente resgatada diz que era obrigada a fazer até 16 programas por noite em garimpos na Terra Yanomami

A menina relatou ao Conselho Tutelar rotina de exploração sexual após ser atraída com promessa para trabalhar como cozinheira na Terra Yanomami. Ela foi resgatada pela Polícia Federal durante fiscalização a barcos de invasores no rio Mucajaí, após ser levada para se prostituir em garimpos na Terra Yanomami, relatando que era obrigada a fazer até 16 programas por noite. O relato foi dado ao conselheiro tutelar Franco Rocha, que acompanha o caso

junto à Polícia Federal. O conselheiro acrescentou que a menina foi atraída pelas redes sociais com a promessa de receber até R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) por mês. O valor prometido seria pago em ouro ou dinheiro.

Expansão da soja na Amazônia foi tema de palestras

Celebrar os resultados de uma safra cheia e unir a cadeia da soja em torno de assuntos fundamentais ao setor. Este foi o objetivo da Abertura Nacional da Colheita da Soja, realizada no dia 9/3, em Santarém, no Pará. O estado espera colher cerca de três milhões de toneladas de soja neste ciclo 2022/23, em uma área que se aproxima de um milhão de hectares. O Diretor de Conteúdo do Canal Rural, Giovani Ferreira, lembrou que em apenas dez anos a produção de soja no Pará saltou de seiscentas mil para três milhões de toneladas.

Risco de vida: ambientalistas ameaçadas em Santarém/PA cobram proteção integrada ao Governo Federal

Atualmente na Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós Arapiuns, em Santarém (PA), existem 4 lideranças indígenas e agroextrativistas, defensoras dos direitos humanos e ambientais, que convivem com a incerteza da vida e impedidas de atuar, diante das ameaças de morte por parte de madeireiros que fazem a extração irregular na região. Desde antes de 2017, lideranças denunciavam a extração irregular de madeira na Unidade de Conservação, sem receber a devida atenção de instituições.

Leilão do Governo anterior libera garimpo na Amazônia

A gestão do governo anterior disponibilizou quase 1 milhão de hectares na Amazônia para instalação de ga-

rimpos, incluindo áreas dentro de terras indígenas e unidades de conservação. As informações são da Agência Nacional de Mineração (ANM), lançada em 2022, que ofertou 420 áreas para Permissão de Lavra Garimpeira, que é a autorização para o funcionamento dos garimpos. Segundo a agência, o leilão "visa a regularização e a formalização da extração mineral em áreas de conflito". O edital do leilão ainda depende da homologação do resultado. A maioria das áreas ofertadas, 393, está na Amazônia. O Pará é disparado o estado com maior número de áreas, com 300 processos minerários disponibilizados aos garimpeiros. Mato Grosso, com 59 processos, e Roraima, com 29, vêm na sequência. Em boa parte das áreas do leilão já existem garimpos instalados, a maioria operando ilegalmente, fazendo uso de mercúrio, alterando cursos de rios e provocando desmatamento em terras indígenas e áreas de proteção ambiental.

Projeto de Lei da Grilagem

O Projeto de Lei nº 520/2021, que trata da regularização fundiária, tem nova relatora na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Ela substituiu o Senador Carlos Fávaro, que é agora Ministro da Agricultura.

Tramitação das Medidas Provisórias (MPs)

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e seus seguidores, não vão ceder na disputa com o Senado sobre a tramitação de medidas provisórias. Não querem a volta para o sistema anterior, pré-pandemia, quando as MPs assinadas pelo Presidente da República começavam a tramitar em uma comissão mista de 12 Senadores e 12 Deputados. Os Deputados não cedem, as MPs não andam. O atual Presidente da República já baixou 11 MPs. Contudo, nenhuma avançou, e no total existem 25 MPs tramitando.